Art. 2.º A distribuição de competências pelos Gabinetes será feita segundo directrizes superiormente aprovadas.

Art. 3.º A Casa Militar do Presidente da República, reorganizada pelo Decreto-Lei n.º 48 154, de 26 de Dezembro de 1967, será chefiada por um oficial de patente não inferior à de oficial superior.

Art. 4.º Para apoio ao serviço de expediente e de dactilografia poderão ser admitidos, a título eventual ou requisitados a outros departamentos do Estado, escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe, até ao limite de seis unidades.

Art. 5.º Os encargos resultantes da entrada em vigor do presente decreto-lei serão satisfeitos por conta de dotação ou dotações a inscrever no orçamento da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Adelino da Palma Carlos — Vasco Vieira de Almeida.*

Promulgado em 23 de Maio de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO DE SPÍNOLA.

Gabinete do Primeiro-Ministro

Decreto-Lei n.º 220/74

de 27 de Maio

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, o Governo Provisório decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É criado no Ministério da Justiça o cargo de Subsecretário de Estado da Administração Judiciária, ao qual caberá despachar, além de outros que lhe forem conferidos pelo Ministro, os assuntos respeitantes à Direcção-Geral dos Serviços Judiciários, à Direcção-Geral dos Registos e do Notariado e à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Adelino da Palma Carlos — Francisco Salgado Zenha — Vasco Vieira de Almeida.*

Promulgado em 24 de Maio de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO DE SPÍNOLA.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO INTERTERRITORIAL

9.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro, se publica que, por despacho ministerial de 10 do corrente, foi autorizada a seguinte transferência de verbas, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do mesmo diploma:

Capítulo	Artigos	Números	Rubricas	Reforços	Anulações
7.º			Despesa ordinária		
			Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações		
	93.º		Remunerações diversas — Em numerário	—\$—	50 000\$00
	95.º		Bens não duradouros:		
		1	Consumos de secretaria	—\$—	14 000\$00
	94.º		Bens duradouros:		
		3	Outros bens duradouros	5 000\$00	—\$—
	97.º		Despesas gerais de funcionamento:		
		2	Publicidade e propaganda	9 000\$00	—\$—
		3	Trabalhos especiais diversos	50 000\$00	—\$—
				64 000\$00	64 000\$00

9.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 21 de Maio de 1974. — Pelo Director, *Luís Gonzaga Fernandes Tavares.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Serviços Jurídicos e de Tratados

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo uma comunicação do Secretariado Permanente da

Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, são as seguintes as autoridades centrais que, nos países adiante mencionados, têm competência para receber e executar, nos termos do artigo 2.º da Convenção Relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro de Actos Judiciais e Extrajudiciais em Matérias Civil e Comercial, concluída naquela cidade em 15 de Novembro de 1965, os pedidos de citação e notificação provenientes de Estados Mem-